



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — \$40

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebem 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS			
As três séries . . .	Ano 360\$	Semestre	200\$
A 1.ª série	" 140\$	"	80\$
A 2.ª série	" 120\$	"	70\$
A 3.ª série	" 120\$	"	70\$

Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 4\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se refere o § único do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 37 701, de 30 de Dezembro de 1949, têm a redução de 40 por cento.

Administração da Imprensa Nacional de Lisboa

AVISO

Para os devidos efeitos se comunica que, por ordem superior, não serão aceites originais destinados ao «Diário do Governo» que não tragam aposta a ordem para a publicação devidamente assinada, devendo ser autenticada a assinatura pelo respectivo selo branco.

SUMÁRIO

Ministério da Justiça:

Decreto-Lei n.º 39 527 — Autoriza o Ministério a aumentar o subsídio para construções prisionais e de estabelecimentos de reeducação de menores — Torna aplicável às referidas obras o § 2.º do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 38 386.

Ministério das Obras Públicas:

Decreto-Lei n.º 39 528 — Torna aplicável à Comissão Administrativa das Novas Instalações para o Exército as disposições do Decreto-Lei n.º 30 896 (comissão de serviço do pessoal técnico e de chefia das comissões e delegações encarregadas da execução, administração ou fiscalização de obras especialmente dotadas no orçamento do Ministério).

Ministério do Ultramar:

Orçamento de receita e despesa para 1954 da missão de biologia marítima.

Ministério da Economia:

Portaria n.º 14 736 — Aprova como definitiva, com o n.º NP-5, a norma provisória P-5, relativa a «Ofício ou carta — formato A4 (Primeira página)».

Portaria n.º 14 737 — Aprova como definitiva, com o n.º NP-6, a norma provisória P-6, relativa a «Ofício ou carta — formato A4 (Páginas — continuação)».

Portaria n.º 14 738 — Aprova como definitiva, com o n.º NP-7, a norma provisória P-7, relativa a formatos dos sobrescritos.

Portaria n.º 14 739 — Aprova como definitiva, com o n.º NP-9, a norma provisória P-9, relativa a escrita dos números.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Ministro

Decreto-Lei n.º 39 527

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizado o Ministério da Justiça a aumentar de 15:000.000\$, pelo saldo do Cofre dos Con-

servadores, Notários e Funcionários de Justiça, o subsídio para construções prisionais e de estabelecimentos de reeducação de menores.

Art. 2.º As obras subsidiadas nos termos do artigo anterior é aplicável o § 2.º do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 38 386, de 8 de Agosto de 1951.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 4 de Fevereiro de 1954. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — *António de Oliveira Salazar* — *João Pinto da Costa Leite* — *Fernando dos Santos Costa* — *Joaquim Trigo de Negreiros* — *Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira* — *Artur Aguedo de Oliveira* — *Adolfo do Amaral Abranches Pinto* — *Américo Deus Rodrigues Thomaz* — *Paulo Arsénio Viríssimo Cunha* — *José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich* — *Manuel Maria Sarmiento Rodrigues* — *Fernando Andrade Pires de Lima* — *Ulisses Cruz de Aguiar Cortês* — *Manuel Gomes de Araújo* — *José Soares da Fonseca*.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

Gabinete do Ministro

Decreto-Lei n.º 39 528

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São aplicáveis à Comissão Administrativa das Novas Instalações para o Exército, criada pelo Decreto-Lei n.º 31 272, de 17 de Maio de 1941, as disposições do Decreto-Lei n.º 30 896, de 22 de Novembro de 1940.

Art. 2.º Este decreto-lei entra imediatamente em vigor.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 4 de Fevereiro de 1954. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — *António de Oliveira Salazar* — *João Pinto da Costa Leite* — *Fernando dos Santos Costa* — *Joaquim Trigo de Negreiros* — *Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira* — *Artur Aguedo de Oliveira* — *Adolfo do Amaral Abranches Pinto* — *Américo Deus Rodrigues Thomaz* — *Paulo Arsénio Viríssimo Cunha* — *José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich* — *Manuel Maria Sarmiento Rodrigues* — *Fernando Andrade Pires de Lima* — *Ulisses Cruz de Aguiar Cortês* — *Manuel Gomes de Araújo* — *José Soares da Fonseca*.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR**Junta das Missões Geográficas e de Investigações
do Ultramar****Comissão Executiva****Missão de biologia marítima****Orçamento de receita e despesa para 1954****Receita****CAPÍTULO ÚNICO**

Artigo único «Verba descrita no artigo 19.º, alínea b), n.º 1), do Decreto n.º 39 419, publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, de 7 de Novembro de 1953» **670.000\$00**

Despesa**CAPÍTULO ÚNICO**

Artigo 1.º «Despesas com o pessoal» 300.000\$00
 Artigo 2.º «Despesas com o material» 170.000\$00
 Artigo 3.º «Pagamento de serviços e diversos encargos» 200.000\$00
670.000\$00

O Chefe da Missão de Biologia Marítima, *Herculano Vilela*.

Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, Comissão Executiva, 28 de Janeiro de 1954.—
 Pelo Presidente, *Luis Silveira*.

Aprovado.—Em 28 de Janeiro de 1954.—Pelo
 Ministro do Ultramar, *Raul Jorge Rodrigues Ventura*, Subsecretário de Estado do Ultramar.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA**Inspecção-Geral dos Produtos Agrícolas
e Industriais****Portaria n.º 14 736**

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Economia, sob parecer do Conselho de Normalização, aprovar como definitiva, com o n.º NP-5, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 38 801, de

25 de Junho de 1952, a norma provisória P-5, relativa a «Ofício ou carta — formato A4 (Primeira página)».

Ministério da Economia, 4 de Fevereiro de 1954.—
 Pelo Ministro da Economia, *António Sobral Mendes de Magalhães Ramalho*, Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria.

Portaria n.º 14 737

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Economia, sob parecer do Conselho de Normalização, aprovar como definitiva, com o n.º NP-6, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 38 801, de 25 de Junho de 1952, a norma provisória P-6, relativa a «Ofício ou carta — formato A4 (Páginas — continuação)».

Ministério da Economia, 4 de Fevereiro de 1954.—
 Pelo Ministro da Economia, *António Sobral Mendes de Magalhães Ramalho*, Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria.

Portaria n.º 14 738

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Economia, sob parecer do Conselho de Normalização, aprovar como definitiva, com o n.º NP-7, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 38 801, de 25 de Junho de 1952, a norma provisória P-7, relativa a «Formatos dos sobrescritos», com as alterações propostas no referido parecer.

Ministério da Economia, 4 de Fevereiro de 1954.—
 Pelo Ministro da Economia, *António Sobral Mendes de Magalhães Ramalho*, Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria.

Portaria n.º 14 739

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Economia, sob parecer do Conselho de Normalização, aprovar como definitiva, com o n.º NP-9, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 38 801, de 25 de Junho de 1952, a norma provisória P-9, relativa a «Escrita dos números», com as alterações propostas no referido parecer.

Ministério da Economia, 4 de Fevereiro de 1954.—
 Pelo Ministro da Economia, *António Sobral Mendes de Magalhães Ramalho*, Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria.